



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Ata da 105^a reunião, realizada em 23 de março de 2017

1 Em 23 de março de 2017, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho
2 Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte,
4 Minas Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
5 presidente Jairo José Isaac, secretário de Estado de Meio Ambiente e
6 Desenvolvimento Sustentável, e a presidente suplente Maria de Fátima Chagas
7 Dias Coelho. Representantes do poder público estadual: Leonardo Carvalho
8 Ladeira, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Luciano
9 Vasconcelos Trindade, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
10 Abastecimento (Seapa); Euler Darlan Neves, da Secretaria de Estado de
11 Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes);
12 Matheus Valle de Carvalho e Oliveira, da Agência Reguladora de Serviços de
13 Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais
14 (Arsae); Marina Imaculada Ferreira Caldeira, da Secretaria de Estado de Saúde
15 (SES); Ângelo Luiz Rezende, da Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Márcia
16 Isabel Chaves, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Pedro de Freitas
17 Moreira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda); Luciano
18 José Alvarenga, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG).
19 Representantes do poder público municipal: Weber Coutinho e Thaís Mol Vinhal,
20 da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Eric Alves Machado e Divarci Antônio
21 de Carvalho Júnior, da Prefeitura Municipal de Contagem; Jaqueline Flaviana de
22 Santana, da Prefeitura Municipal de Betim (representantes dos municípios da
23 Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco); Lorena Ferraz Souto, da Prefeitura
24 Municipal de Almenara (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica dos
25 Rios Jequitinhonha e Pardo); Cláudomiro Gomes Pereira e Max Miller Fernandes
26 da Silva, da Prefeitura Municipal de São João do Manteninha (representantes dos
27 municípios da Bacia Hidrográfica do Leste); Henrique de Freitas Santana, da
28 Prefeitura Municipal de Viçosa; Daniel Martins Júnior e Raíssa Bottecchia Luna,
29 da Prefeitura Municipal de Ipatinga (representantes dos municípios da Bacia
30 Hidrográfica do Rio Doce); Agostinho Nardy Riolino, da Prefeitura Municipal de
31 Lima Duarte / Antônio Carlos Vidal Barra, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba
32 (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul);
33 Jaqueline Anterio de Moura, da Prefeitura Municipal de Unaí (representante dos
34 municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba). Representantes dos
35 usuários de recursos hídricos: Henrique da Silva Pizzo, da Companhia de
36 Saneamento Municipal de Juiz de Fora (Cesama); Jean de Carvalho Breves, da
37 Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Nelson Cunha Guimarães, da

38 Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Carlos Alberto Santos
39 Oliveira, Ana Paula Bicalho de Mello e Guilherme da Silva Oliveira, da Federação
40 da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Denise Bernardes
41 Couto, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Irany
42 Maria de Lourdes Braga, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Thiago
43 Salles de Carvalho, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa
44 (Abragel); Douglas Ferreira Martins, do Sindicato da Indústria do Açúcar no
45 Estado de Minas Gerais (Siamig); Leonardo Romano, da Associação Mineira dos
46 Criadores de Tilápia; Pedro Luis Pereira Ribeiro, do Instituto Aço Brasil (IABr).
47 Representantes de associações legalmente constituídas no Estado para
48 proteção, conservação e melhoria do meio ambiente: Antônio Giacomini Ribeiro,
49 da Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Marcus
50 Vinícius Polignano, do Instituto Guaicuy – SOS Rio das Velhas; Maria Teresa
51 Viana de Freitas Corujo, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de
52 Bacias Hidrográficas (Fonasc). Representantes de associações civis com efetiva
53 atuação em recursos hídricos: Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de
54 Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Alírio Ferreira Mendes Júnior, do
55 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); Cíntia Ribeiro de Freitas,
56 da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Carlos Alberto de Freitas, da
57 Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas). Representantes de
58 universidades, instituições de ensino ou centros de pesquisa sediados no Estado
59 e com atuação nas áreas de ensino e pesquisa em recursos hídricos ou
60 educação ambiental: Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de
61 Uberlândia (UFU); Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de Ciências Agrárias
62 (ICA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Leonardo Campos de
63 Assis, da Universidade de Uberaba (Uniube). **Assuntos em pauta.** 1) **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. 2) **ABERTURA.** O presidente Jairo José Isaac declarou aberta a 105ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e deu boas-vindas aos conselheiros. Em seguida, informou sobre a realização de eventos da Semana da Água e comentou sua visita ao Parque Estadual da Serra do Rola Moça. “Ontem, eu tive a oportunidade de comparecer ao Parque do Rola Moça. Evidentemente que têm surgido problemas, mas sempre com informações, e eu resolvi. Tinha sido convidado também pela Dalce (Maria Dalce Ricas, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente), cheguei um pouco antes, conversei durante bastante tempo e vi as dificuldades e algumas coisas que eu gostaria de numerar, pelo que vi e pela minha preocupação. Conversando com o nosso companheiro que está lá à frente do parque há quatro anos, eu pude observar a grande dificuldade que ele tem, talvez por falta de estrutura nossa, do nosso Sisema. Não só do IEF, mas da própria SEMAD e dos órgãos ambientais, o IGAM e a FEAM. É o Sistema. Se tem dificuldade em alguma unidade nossa, não interessa que seja a, b ou c, mas nós temos que saber identificar. Eu ouvi, com muita atenção, as colocações dele e a preocupação com o que acontece com aquele parque, o que

vem acontecendo, com incêndios criminosos permanentes, invasões e ameaças de toda natureza. E pura e simplesmente as coisas estão acontecendo, vão acontecendo, são colocadas de maneira superficial, sem profundidade. Eu não tinha conhecimento disso e não fiquei satisfeito com o que vi. Se está acontecendo aqui ao nosso lado, no parque ao nosso lado, na nossa capital, eu imagino que está acontecendo nos outros parques do Estado. É lamentável. Como nós estamos falando em um ambiente de pessoas envolvidas nessa área, especificamente, de recursos hídricos, e vocês são conselheiros, são informados e portadores até de determinadas colocações para, inclusive, o próprio secretário e a minha colega, esse assunto tem que ser falado, tem que ser tocado com muita oportunidade. E hoje, mais do que nunca, sendo um dia seguinte à comemoração do Dia das Águas, eu achei oportuno registrar isso. Estou preocupado, não gostei do que ouvi, tenho que processar isso, entender junto com meus colegas, para ver qual providência, com toda a dificuldade que temos. A nossa dificuldade não é de pessoas só, é dificuldade de toda natureza, de recursos financeiros e outros recursos, de demandas, inclusive, que esses parques fazem às nossas direções e não têm sido contempladas, não têm sido atendidas. Então, são pessoas que ficam à mercê da própria sorte e da sua competência. Especificamente, o que eu vi foram ameaça às nascentes de Belo Horizonte e dificuldade com o que acontece e o que pode vir a acontecer. Com toda a advertência que temos recebido dos órgãos ambientais, como se não bastasse os nossos, ainda vem a ONU publicar, ontem, no Dia da Água, avaliando uma projeção de 18 anos para uma possível crise hídrica, um impacto em torno de 405% de aumento de possibilidade. Deu um prazo de que em 18 anos, se algo não for feito, se nós não tivermos a competência de fazer alguma coisa, nós, em Minas Gerais, caixa d'água deste país, vamos sofrer consequências da dificuldade da manutenção dos mananciais e de fornecimento da água, esse produto indispensável para a vida do ser humano. Então, é oportuno aproveitar a presença de todos, além dos novos conselheiros, os antigos que estão aqui, que são muito atuantes. De todos os conselheiros, em muitas oportunidades, eu tenho recebido cobranças, recebido informações, o que eu acho fundamental. Dentro do possível, eu estou anotando e verificando o que posso fazer, o que a Secretaria tem condição de fazer, coordenar, inclusive, usando vocês, conselheiros, para debater o problema, discutir, passar informação para a imprensa e que não tenhamos, realmente, receio nenhum de colocar problema, de cobrar problema em uma reunião como esta. Eu gostaria de fazer essas observações aproveitando exatamente essa oportunidade um dia subsequente ao Dia da Água, um dia que nós devemos comemorar e, inclusive, dar graças a Deus que o Brasil ainda é um país favorecido. Vamos rezar para que tenhamos um pouquinho mais de responsabilidade com isso que está acontecendo e tenhamos, realmente, o poder de fiscalizar, acompanhar e monitorar para que não venha acontecer toda essa profecia maldita de que poderemos sofrer uma crise hídrica extensiva a todos os países, principalmente,

124 o Brasil, e nós mineiros também.” Em seguida, o secretário passou a condução
125 dos trabalhos à presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho. **3)**
126 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Conselheira Maria Teresa Viana de
127 Freitas Corujo: “Nós estamos na primeira reunião do Conselho Estadual, então,
128 eu vou trazer aqui alguns slides sobre os cenários hídricos da região mais
129 próxima de nós. Eu queria começar por uma situação muito recente, de
130 anteontem. Recebemos uma foto do rio Piracicaba passando na cidade. As
131 informações que chegaram em um primeiro momento nós queremos, inclusive,
132 como Fonasc, demandar que sejam verificadas, porque, inclusive, em meados de
133 2016, já houve um impacto semelhante. A informação que chegou por alto é que
134 foi uma outorga que o IGAM deu para a Samarco para drenar a água da
135 barragem de rejeitos de Germano. Então, nós estamos demandando como
136 Fonasc que se tenha um retorno do que está acontecendo. Porque, em setembro
137 de 2016, inclusive, já teve uma correspondência com a área de fiscalização
138 ambiental. Outra situação que tem a ver com essa nossa região, também muito
139 recente, foi em dezembro. Houve acidente na Mina de Fábrica. Esse acidente
140 levou várias autoridades a fazerem um sobrevoo no dia 21 de dezembro. Esse
141 sobrevoo registrou, no âmbito hídrico, tanto impacto – depois eles foram a campo
142 – na área da bacia do Velhas, na questão do córrego Das Almas e Mata Porcos,
143 quanto cursos d’água no córrego do Pires, que é bacia do Paraopeba. Na
144 sequência, nós tivemos, no dia 12 de março, um rompimento do rejeitoduto da
145 Vale na mesma Mina de Fábrica, que gerou realmente esse tipo de impacto ao rio
146 Itabirito, e está confirmado que chegou à Captação de Bela Fama. Em dezembro
147 também, nós recebemos denúncia de Brumal. Uma comunidade, no entorno da
148 mina de ouro da MSol / Jaguar Mining, foi surpreendida também com grande
149 volume de sedimentos que chegaram à comunidade. Lembrando que é de lá que
150 sai o terceiro mineroduto da Samarco, que já está pedindo nova outorga para
151 retomada. Então, é um caso extremamente grave, secretário, essa questão da
152 água do município de Santa Bárbara. Em Raposos, em outubro, nós tivemos – o
153 CBH Velhas – que denunciar porque estavam retirando minério e sedimento do
154 leito do rio das Velhas. Isso, inclusive, foi suspenso. Tinha sido suspenso em
155 setembro pela própria SEMAD. Foi cancelada. Era uma Autorização Ambiental de
156 Funcionamento para minerar ouro no leito do rio das Velhas por mais de 100 km.
157 Foi cancelado, mas em outubro às máquinas estavam lá. Esse assunto já está
158 encaminhado às autoridades. E nos preocupa porque, quando eu pesquisei,
159 recentemente, esse DNPM, tem movimentação, inclusive, transferindo a cessão
160 dos direitos minerários e tem movimentação, inclusive, já agora em 2017. Ou
161 seja, é um assunto muito grave que nós estamos requerendo, como Fonasc, que
162 seja acompanhado. Porque não há sentido, no rio das Velhas, se licenciar
163 qualquer mineração no próprio leito do rio, mineração de ouro. Então, esse
164 assunto é a nossa segunda solicitação. Nós estamos diante de um outro fato que
165 é grave, que tem a ver com recursos hídricos do Paraopeba, que foi a barragem
166 de rejeitos Casa de Pedra, de Congonhas. Ela lá em cima, e os bairros. Para

167 essa barragem de rejeitos foi solicitado pela Supram um estudo de dam break
168 para se saber o que acontece em caso de rompimento. Chegaria a Jeceaba. Mas
169 da forma como foi tratado na reunião da Câmara da Atividades Minerárias, no dia
170 24 de fevereiro, foi dada a Licença de Operação. Na realidade, já está terminando
171 a operação, porque ela operava com uma autorização provisória. Então, no caso,
172 essa barragem atingiria essa quantidade enorme, mais de mil edificações em
173 Congonhas. Mas, no caso da questão hídrica, ela coloca em risco a confluência
174 do rio Maranhão, que é um dos afluentes do Paraopeba. E o mais inacreditável é
175 que esse dam break, secretário, foi como se essa barragem fosse de água e não
176 de rejeito de minério. E, apesar de o Ministério Público ter feito questionamento,
177 apesar de eu ter feito, como Fonasc, isso foi licenciado com o dam break
178 colocado pelo empreendedor como se água, dizendo que funciona, que é pior do
179 que rejeito. Só que nós estamos vendo o que aconteceu no rio Doce. Se fosse só
180 água, pelo menos, depois da tragédia, nós não teríamos o dano que tem o rio
181 Doce hoje, com tanta lama. Então, é extremamente grave, secretário. O que está
182 acontecendo no âmbito do licenciamento não está dialogando no âmbito hídrico,
183 em que nós estamos todos aqui neste Conselho. Eu quis trazer cenários para
184 mostrar, no início de um ano, como nós estamos diante de uma gravidade
185 hídrica. Outra situação, agora no dia 20 também, secretário. Recebemos de
186 Congonhas que o ribeirão Esmeril, que tem a ver com a drenagem do Dique
187 Esmeril IV, vejam como estava no dia 26 de dezembro, sem chuva. E ele é um
188 afluente direto do rio Paraopeba. Temos o que já foi falado pelo próprio
189 secretário, a questão das nascentes, que tem a ver com Belo Horizonte. Então,
190 estamos com dois grandes empreendimentos querendo se implantar no sinclinal
191 Moeda, que são a Cersul e a Coca-Cola, que já está em operação, que tem todo
192 um esquema de outorgas sendo questionadas. Em Brumadinho, estamos sendo
193 surpreendidos com uma AAF dada agora em dezembro – Autorização Ambiental
194 de Funcionamento – para uma mineração que nós ainda nem conhecemos, para
195 um mineroduto de 5 km. Nós não conseguimos mais informações. Temos um
196 cenário aqui, secretário, o quadrilátero chamado Ferrífero. Nós estamos aqui em
197 Belo Horizonte, e ‘cada bolinha dessas é uma barragem de rejeitos’ ou dique de
198 rejeitos. E nós dependemos, nessa região metropolitana, de dois únicos rios,
199 bacias hidrográficas: a bacia do Velhas e a do rio Paraopeba. Nós já tivemos o
200 rompimento, em 2014, da Herculano, e temos agora todos esses fatos que eu
201 relatei antes. E nós estamos diante da possibilidade de mais trinta e poucas
202 estruturas de rejeito a montante, quando tinha sido colocado pelo governo que
203 não haveria mais barragens a montante. Estamos trabalhando no mapa das
204 barragens via DNPM, através do Movimento pelas Serras e Águas de Minas.
205 Estamos muito preocupados. Para o DNPM, secretário, no Brasil, tem dez
206 estruturas que estão na maior classificação de risco. Algumas delas nós já
207 conhecemos: Germano, Santarém, a própria Mundo. Nós já trouxemos aqui a
208 questão da Mundo, em Rio Acima, muito perto de Bela Fama. Isso é
209 preocupante, esse assunto vem sendo trazido aqui. E nós estamos surpreendidos

210 por esse dique que fica acima da Baleia, na área do Taquaril. Temos que
211 demandar do DNPM. Se esse dique está entre as dez, nós temos nesse território
212 seis de maior pelo DNPM, nós temos que ter muita atenção se isso está sendo
213 bem acompanhando em termos de segurança, em termos de planos de
214 emergência. Então, isso tem tudo a ver com água. Embora ‘isso tem a ver com
215 licenciamento e fiscalização’, isso tem a ver com água, porque nós vimos o que
216 aconteceu com o rompimento da barragem de Fundão. Então, nós quisemos
217 trazer isso aqui. Por último, da Mundo eu já falei. Temos uma linha de
218 transmissão que já recebeu LP, também agora em fevereiro. É uma linha de
219 transmissão de alto porte, que começa em Itabirito e vai caminhando,
220 precisamente, ao longo do leito do rio das Velhas. E tem várias questões graves
221 nesse licenciamento. Nós estamos entrando com recurso, já informamos à Aneel.
222 E temos uma novidade com que fomos surpreendidos em dezembro, nós temos
223 outro problema. Temos o sinclinal Moeda, essa região tem muito sismo de
224 pequena magnitude. É uma coisa nova, nenhum de nós ainda sabia. No
225 rompimento de Mariana, não foi o sismo, mas foi uma questão do sismo em abril
226 que gerou o rompimento em setembro. No rompimento de Fundão, que é uma
227 área que também tem muitosismos de pequena magnitude. A área tem uma
228 falha geológica, que é a falha de Fundão, precisamente, onde estão as estruturas
229 Germano, Santarém e Fundão. Então, o que está no relatório internacional é de
230 que na barragem de Fundão o gatilho por rompimento de uma estrutura em
231 colapso foi um sismo de pequena magnitude, o que para nós sinaliza que
232 estamos em um território muito frágil e, qualquer novo incidente ou qualquer nova
233 situação, nós estamos diante de um colapso de abastecimento hídrico. E um
234 assunto que, no caso, não dá para ir adiante é a questão das outorgas. Uma
235 única outorga, válida até julho, para uma única empresa, equivalente a 165 mil
236 pessoas/dia, no rio Itabirito. E um exemplo de uma outorga subterrânea em
237 Brumadinho, equivalente ao abastecimento de 150 mil pessoas/dia. Então, esse é
238 o cenário hídrico, e nem falei ainda do Norte, do Jequitinhonha. Então, nós
239 estamos, realmente, diante de uma situação muito grave.” Presidente suplente
240 Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Só uma retificação: o IGAM não emitiu
241 outorga para a Samarco. Nós fazemos emissão de outorgas coletivas, e as
242 outorgas vão ser feitas pelo IGAM, mas ainda estamos em processo de transição.
243 Foi feito pela Supram. É do Sistema de Meio Ambiente, mas não foi o IGAM que
244 emitiu a outorga.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Questão de
245 ordem. Então, no caso, a SEMAD, diante da legislação anterior, ainda está
246 podendo dar outorga?” Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias
247 Coelho: “Sim. Com a Lei 21.972, essa atribuição passa ao IGAM, mas a lei ainda
248 não foi regulamentada. O nosso regulamento está na Secretaria de Planejamento
249 e será encaminhado para a Casa Civil. Quando precisamos, como somos poder
250 outorgante, nós podemos dar outorga também. Agora, essa, especificamente, foi
251 o Sistema de Meio Ambiente, mas não, especificamente, do IGAM, não passou
252 pela nossa análise técnica.” Conselheiro Marcus Vinícius Polignano: “Secretário,

253 eu fico satisfeito que o senhor, mais uma vez, voltou ao sinclinal Moeda para ver
254 o tamanho do problema que nós temos. E essa questão que o senhor está
255 colocando como a possibilidade de uma tragédia anunciada, com certeza, o será
256 se continuarmos fazendo tudo que estamos fazendo. Ontem, teve uma reunião
257 em Brasília. Foram convocados vários Comitês, ONGs brasileiros para discutir o
258 problema da água no mundo. E eu só vou dar o título do que está aqui colocado.
259 'Relatório mundial das Nações Unidas para desenvolvimento dos recursos
260 hídricos. Água residual, recurso inexplorado'. Isso dá a dimensão do buraco que
261 nós temos. Eu já alertei aqui, o Alto Velhas tem mais outorga do que entrega. Nós
262 temos 16 m³ outorgados por uma outorga de 10 m³. E tem a Cersul em uma área
263 que é de abastecimento, de jogar a água para a bacia do Paraopeba e Velhas. E
264 aí se pergunta: qual é o futuro disso? Aí, secretário, volto a insistir, se não
265 fizermos uma integração de gestão entre licenciamento ambiental... A Cersul está
266 sendo licenciada sem outorga. Pasmem os senhores. São 150 mil, e não existe a
267 outorga. Existe o documento de uma empresa privada, que não tem outorga,
268 dizendo que vai fornecer uma água que ela não tem. Isso é um descalabro,
269 secretário. Eu estou dizendo que se continuarmos nessa loucura, insana, que
270 estamos fazendo, eu não digo que nós estamos programando essa tragédia, mas
271 estamos sinalizando na direção dela. Se a ONU fala que o futuro está em tratar a
272 água residual, e aqui fala que os países da Europa já tratam, inclusive, 70%, nós
273 não podemos nos dar ao luxo. Quando a Teca fala... Sabe qual é o problema das
274 nossas barragens? Primeiro, as barragens estão todas assentadas em áreas de
275 cabeceira. Quando uma barragem dessa rompe, sabe o que ela faz? Ela estraga
276 a nossa água mais limpa que tem. A recente da Vale, agora, veio e pegou o
277 ribeirão Mata Porcos, uma água que você poderia pegar e tomar, e transformou,
278 mais uma vez, em uma lama. E é lamentável – uma questão que eu acho que
279 nós temos que discutir – que depois de Mariana, secretário, nós não mudamos
280 uma vírgula em relação ao licenciamento de barramentos, nós não aprendemos a
281 lição, secretário. Eu sei da pessoa, e o senhor já me transmitiu, com muito zelo, a
282 visão pública que tem. Aqui eu estou falando republicamente, a minha crítica
283 não é pessoal a esse ou àquele governo, porque todos que estavam também
284 contribuíram com o processo. Mas ou revisamos o processo, secretário, ou isso é
285 treinamento para grandes rompimentos. Nós vamos treinando um rompimento
286 pequeno hoje, um amanhã. Imagine se um desses barramentos estoure em Bela
287 Fama. Quais seriam o tamanho de uma tragédia dessa e o alcance disso? Então,
288 a pergunta é: se ocorrem pequenos, por que os grandes não poderão ocorrer?
289 Assim foi com Mariana. E Mariana não estourou de uma vez. Então, me preocupa
290 muito, secretário, e aqui eu quero fazer um apelo, não em meu nome, em nome
291 da sociedade. Porque eu acho que a sociedade merece o compromisso – e aqui
292 não tem como fugir dessa data do Dia da Água – de que a água é um bem
293 público, coletivo e que tem que ser respeitado. Nós ficamos horrorizados com
294 adulteração de carne, de salsicha, de linguiça. E a adulteração da água? É tão
295 criminosa quanto. Nós estamos bebendo o quê? Resíduo de minério, resíduo de

296 esgoto? O povo não merece isso. Sete Lagoas pega água daqui, que sai depois
297 de Belo Horizonte, eles não estão conseguindo tratar a nossa água porque o que
298 sobra não é possível de tratamento. Nós temos um rio em que, depois que chega
299 a metade do ano, é cianobactéria. Eu louvo aqui, tenho acompanhado o trabalho
300 da Fátima, temos colaborado, temos associado. Esse trabalho que o IGAM faz
301 aqui de levantamento é ótimo, mas isso tem que ter resultado. Nós não podemos
302 a cada ano, simplesmente, comprovar que não mudamos. Eu acho que nós
303 temos que fazer política pública séria. Então, é o meu apelo. Na verdade, eu pedi
304 até esse assento aqui. Como o Fórum Mineiro não tem assento aqui, eu pedi
305 esse assento, inclusive, para trazer alguns documentos do Fórum Mineiro, que
306 representa 36 Comitês de Bacia. Primeiro, secretário, nós não vamos conseguir
307 melhorar nada com contingenciamento de recursos. E nós mandamos ao
308 governador e estou encaminhando ao senhor aqui. Por exemplo, o governo do
309 Estado fez o Decreto 47.147, de 27/1/2017, que contingencia vários recursos da
310 SEMAD. Eu estou até reforçando aquilo que deveria ser papel da SEMAD. Então,
311 cortam 52% da FEAM, 35% do IEF, 70% do Fhidro. É muito difícil pensar que nós
312 vamos fazer gestão sem recurso. Não vamos enganar. Então, encaminhamos
313 esse documento ao governador, estou encaminhando aqui, quero que se registre
314 em ata, e quero solicitar ao secretário para que leve ao governador que é inviável
315 fazer gestão com contingenciamento. O segundo ponto: nós queremos e viemos
316 apelar aqui a este Plenário, que é o plenário máximo em relação a recursos
317 hídricos, a respeito do contingenciamento de recursos por parte do Estado. É
318 inadmissível, e aqui nós queremos um posicionamento do Conselho Estadual de
319 Recursos Hídricos, porque o que pudemos segurar nós seguramos, mas é
320 impossível fazer contingenciamento com mais de um ano de atraso. O governo
321 está fazendo um processo que nós já discutimos. É ilegal, indevido, inadequado.
322 Com isso, os Comitês estão ficando, efetivamente, sem recurso. Então, isso não
323 diz também de um governo republicano, em que se respeita as leis e as
324 instituições. Então, estamos encaminhando isso, queremos que seja pautado no
325 Conselho e que o Conselho tome uma posição. Afina, este Conselho é para
326 definir políticas públicas de recursos hídricos. E nós queremos deixar claro que o
327 governo está contingenciando recursos que são da cobrança, não são do
328 orçamento do governo, mas do repasse do que ele arrecada do ponto de vista da
329 cobrança. E tem a questão das outorgas. Todos os Comitês estão,
330 absolutamente, com outorgas acumuladas, e nós temos que achar uma solução
331 para resolver esse problema das outorgas. Então, estamos encaminhando
332 também documento para que se faça, realmente, um mutirão e se faça talvez até
333 um grupo de trabalho, juntamente com o Fórum, para se discutir como resolver
334 esse problema também dos Comitês de Bacia, das outorgas dos Comitês. Eu
335 acho que essas coisas são fundamentais para que possamos transformar,
336 realmente, a gestão dos recursos hídricos no Estado.” Conselheiro Matheus Valle
337 de Carvalho e Oliveira: “Eu sou dā Arsae, Agência Reguladora de Água e Esgoto
338 de Minas Gerais e queria fazer uma fala para trazer alguns elementos de

339 interesses deste Conselho. É outro registro das falas que tiveram até agora. A
340 Arsaé, como Agência Reguladora dos Serviços de Água e Esgoto de Minas
341 Gerais, é o regulador dos prestadores estaduais e dos prestadores dos serviços
342 municipais, da Copasa, da Copenor e dos prestadores dos serviços de
343 municípios. O que eu queria trazer de informação para somar aos debates deste
344 Conselho são duas ações que a Arsaé está tendo neste ano que eu acho que vão
345 corroborar as políticas de gestão de recursos hídricos. Um deles é o que nós
346 estamos chamando de Agenda Regulatória. Basicamente, é a publicação, para a
347 sociedade, para os interessados no setor, de itens que vão ser discutidos pela
348 agência reguladora ao longo do ano. Isso está divulgado no site da agência, tem
349 uma série de itens. A finalidade é, basicamente, dar publicidade ao que a
350 agência está pensamento discutir, obviamente, com a finalidade de antecipar, dar
351 previsibilidade para as pessoas, os atores, os interessados para que participem
352 nos momentos adequados. Entrando no site da agência, 'agenda regulatória', vai
353 ter uma lista de itens que vão ser discutidos. Um dos itens que me ocorrem aqui
354 que é de interesse deste Conselho é uma discussão que estamos fazendo.
355 Inclusive, vai ter uma reunião técnica na Cidade Administrativa, no dia 30 deste
356 mês, que é uma discussão sobre normas técnicas para prestação de serviço de
357 esgotamento sanitário. Nós ainda não dispomos disso no Estado. No nosso
358 entendimento, no Brasil, ainda não existe uma norma com esse teor focada,
359 exclusivamente, na prestação de serviço de esgoto. Então, entendemos que está
360 avançando, justamente, no sentido de construir políticas públicas para que os
361 serviços sejam prestados de uma forma mais adequada. Então, eu convido os
362 senhores a olharem o site da agência, e as senhoras também: Agenda
363 Regulatória. E seguramente verão também outros itens de interesse. O segundo
364 tema que eu queria trazer é talvez a mais importante das atribuições de uma
365 agência reguladora. Pelo menos até hoje, do que nós fizemos, nós entendemos
366 que é uma das coisas mais importantes: é a revisão tarifária da Copasa, o grande
367 prestador que nós regulamos. Nesse momento, não definimos só uma nova tarifa,
368 mas regras para a prestação do serviço. E é nesse sentido que estamos
369 desenvolvendo trabalhos que entendemos que são inovadores, e, inclusive,
370 várias pessoas deste Conselho, entidades representadas neste Conselho, têm
371 participado dos debates e nos ajudado a construir as metodologias, enriquecido
372 as discussões que estamos. Com relação à revisão tarifária, em linha ao que o
373 Polignano comentou, nós também, como órgão do Estado, estamos tendo muita
374 dificuldade de realizar os trabalhos. Estamos revisando todo o processo de
375 construção das metodologias, que são extremamente complexas, com recursos
376 próprios, com capital de pessoal nosso próprio, enquanto agências como a
377 Adasa, de Brasília, ou a Arsesp, de São Paulo, contratam consultorias por
378 milhões. E nós estamos fazendo tudo '0800', com um esforço tremendo, um
379 processo extremamente complexo. Mas entendemos que está avançado. Dois
380 temas que me parecem que são interesse deste foro, que estão na pauta da
381 revisão tarifária. Inclusive, hoje pela manhã nós fizemos uma discussão no

382 BDMG, com presença da Fátima, com presença de colegas da Copasa. Um dos
383 temas é a proteção de mananciais. Nós já incluímos na pauta da revisão o tema
384 da proteção de mananciais, para que isso seja incorporado pela empresa, pela
385 Copasa, e que isso vire uma atuação, uma política da própria Copasa, para
386 proteger os mananciais de que ela aproveita. E o papel regulador seria
387 acompanhar a execução desses trabalhos, do ponto de vista econômico. Um
388 segundo tema, talvez o grande carro-chefe dessa revisão tarifária, é a
389 preocupação da agência com a expansão do tratamento de esgoto. Nós estamos
390 conscientes de que, realmente, esse é um grande desafio, talvez o grande
391 desafio, não só em Minas Gerais, mas no Brasil como um todo. Nós
392 negligenciamos esse serviço, então, para nós é muito importante incentivar o
393 tratamento de esgoto. Eram esses temas que eu queria colocar. Espero a
394 participação de todos e estamos na Arsaé também à disposição para dialogar.”
395 Conselheira Denise Bernardes Couto: “Inicialmente, comunicar que, nos dias 30 e
396 31 de março, a Fiemg vai realizar o Seminário de Ciência e Tecnologia sobre
397 Água e Produção, que até vai contar com a participação da Maria de Fátima
398 como uma das expositoras e debatedoras do tema. Para quem quiser participar,
399 as inscrições estão sendo feitas pelo site do Sympla: www.sympla.com.br. O
400 segundo ponto é um questionamento. Eu estava até conversando com o
401 Polignano. Tem a ver com uma nota jurídica recebida, no caso do Comitê do
402 Velhas, sobre a interpretação do Artigo 40 da DN CERH 52, que fala da
403 adequação dos Comitês, do prazo de 180 dias que os Comitês têm para adequar
404 os seus regimentos internos. Entendemos que o prazo tem que ser cumprido. Os
405 Comitês, para fazer essa adequação, têm todo o procedimento de reelaboração
406 do regimento, levar o regimento ao IGAM para que o IGAM se manifeste, e,
407 posteriormente, pautá-lo nas reuniões plenárias. Entretanto, eu acho que não só
408 o Velhas, mas outros Comitês também vão começar a passar por isso. Eu falo
409 pelo Velhas, como representante da Fiemg na Câmara Técnica Institucional e
410 Legal do Comitê, que trabalhou, ativamente, na revisão do regimento interno do
411 Velhas. E também posso dizer por outros Comitês que vão ter essa dificuldade.
412 Como o regimento, depois de reelaborado e enviado para o IGAM, precisa da
413 manifestação do IGAM para ser pautado para aprovação em sua plenária, o fato
414 de o IGAM deixar a manifestação sem ter um prazo para manifestação vai travar
415 as pautas dos Comitês de Bacia. Todos eles não vão poder, enfim, deliberar os
416 assuntos que são afetos às competências. Isso vai travar a pauta. Então, nós
417 achamos, realmente, importante talvez fixar um prazo para o IGAM também se
418 manifestar sobre essa questão dos regimes, para fazer a devolutiva ao Comitê, e
419 o Comitê poder continuar com o procedimento de adequação do regimento
420 interno, para poder levar à sua plenária à deliberação, e aí, sim, voltar a exercer
421 as suas competências. A questão é que, se isso continuar parado, infelizmente,
422 os próprios Comitês ficarão prejudicados também.” Rafael Toledo, procurador do
423 IGAM: “A respeito do assunto que foi tratado, a interpretação que foi dada é,
424 exclusivamente, baseada na DN 52 deste Conselho, que fixou prazo de 180 dias

425 para adequação dos regimentos internos. Então, o prazo estabelecido, que foi
426 entendido como razoável, foi fixado por este mesmo Conselho, e isso tinha por
427 base todo o trâmite que deveria ser submetido. Nós somos sensíveis às
428 peculiaridades, porém o poder de alterar ou não esse mesmo prazo está nas
429 mãos do Conselho." Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho:
430 "Em outro momento, passaremos para a Clarissa esclarecer um pouco essa
431 questão, porque vários Comitês já encaminharam seus processos, a maioria
432 encaminhou. Então, não é uma realidade de todos os Comitês. Nós conhecemos
433 as dificuldades, mas, pelo que a Clarissa está me passando aqui, o processo do
434 Velhas já está bastante adiantado também." Conselheiro Antônio Giacomini
435 Ribeiro: "Comunicar a este Conselho que, no esforço para auxiliar a Supram
436 Triângulo Mineiro para agilizar a análise dos processos de outorga, o CBH
437 Araguari, juntamente com o Ministério Público e a própria Supram, está
438 disponibilizando mão de obra e apoio técnico metodológico. Dos 9 mil processos
439 que estão parados na Supram, cerca de 40% está na bacia do Araguari, e nós
440 estamos lá disponibilizando alguns meios para agilizar esses processos. Então,
441 os Comitês também não estão parados, nós estamos tentando buscar soluções.
442 Nós temos uma reunião com o senhor secretário e com a Fátima agendada para
443 segunda-feira para discutir a questão da metodologia que vai ser empregada.
444 Então, comunicar ao Conselho que nós estamos tentando ajudar, da melhor
445 maneira possível, o próprio Estado a resolver o problema." Presidente Jairo José
446 Isaac: "Eu gostaria de me manifestar a esse respeito porque, na verdade, é
447 importante que os conselheiros saibam que, quando assumimos esta Secretaria,
448 só o passivo de outorgas era de 25 mil processos, e só lá no Triângulo era de
449 9.600; e aqui na capital, na Superintendência Metropolitana, 5 mil. Esse
450 problema, que está gerando, geralmente, uma dificuldade muito grande, é
451 cobrado pelo governador. Ele disse 'resolva o problema'. Porque todas as
452 possibilidades de viabilizar parcerias usando, inclusive, a própria Advocacia
453 Geral, fracassaram. Nós ficamos dois meses procurando solução para costurar
454 alguma forma de atacar, exclusivamente, o passivo de outorga. Perdemos dois
455 meses, e, em uma reunião com ele, ele disse 'não tem condição, vocês vão ter
456 que assumir e resolver esse problema, o que não dá é conviver com esse tipo de
457 coisa'. Eu calculo a situação, e o problema dele, como governador, é estar
458 respondendo por uma Secretaria que está mantendo um passivo de 36 mil
459 processos ao longo do tempo. Isso é uma coisa inconcebível. Isso está na pauta.
460 Nós estamos em processo de mudança, de atualização. Isso vai ser focado com
461 muita energia, e nós vamos ter que resolver." Conselheiro Antônio Giacomini
462 Ribeiro: "Senhor secretário, apesar de o próprio governador estar
463 contingenciando os nossos recursos de cobrança, nós ainda temos boa vontade
464 e vamos, com o pouco dinheiro que temos em caixa, tentar ajudá-lo. Porque os
465 ganhos políticos, obviamente, depois que isso estiver resolvido, serão dele."
466 Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: "Deixando claro isso
467 que o secretário está falando, a busca de alternativas, inclusive, a impossibilidade

468 de contratar parecerista, porque é um processo público, e tem que ser um
469 servidor para emitir os pareceres. Nós já tentamos de toda forma. Isso é um
470 posicionamento do próprio Ministério Público, a não possibilidade de contratar
471 pareceristas ou pessoas que sejam externas ao Sistema. Então, nós temos essas
472 limitações, mas, como o secretário falou, nós estamos atentos a isso e
473 trabalhando nesse sentido. E vamos ouvi-los na segunda-feira, a reunião já está
474 agendada, para discutir o tema específico do PN2.” Conselheira Irany Maria de
Lourdes Braga: “Com iniciativa do Comitê de Bacia do Velhas, existe um grupo
476 que faz o acompanhamento da disponibilidade de água no rio das Velhas, de
477 forma a minimizar o possível impacto de escassez de água no futuro. E esse
478 grupo conta com a participação da Cemig, Copasa, Vale e AngloGold. Dentro do
479 trabalho, já visando ao futuro, a Cemig pede uma outorga no rio de Pedras, e
480 essa outorga é para flexibilização, para disponibilidade dessa água, inclusive.
481 Então, o que nós estamos pedindo é a avaliação do IGAM dessa outorga, com
482 olhar na disponibilidade de água do Velhas, de forma que possa estar autorizada
483 em tempo para esse período de seca que já está chegando.” Presidente suplente
Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Nós estamos analisando esse processo,
485 internamente. Na verdade, é a vazão de efluente. A outorga existe, mas seria
486 trabalhar na vazão de efluente. Conselheiro Leonardo Carvalho Ladeira: “Só
487 esclarecendo para o Giacomini e o Polignano, esses ofícios chegaram para o
488 governador, e nós estamos levantando as informações. Nós nos reunimos com a
489 Fazenda, a Secretaria de Planejamento, IGAM, Secretaria de Meio Ambiente, e
490 acredito que na semana que vem vai ter um retorno. Em relação à cobrança, nós
491 estamos fazendo um cronograma de pagamento para a Fazenda, para conseguir
492 liberar o financeiro. Eu estou com a esperança de que tenha uma boa notícia
493 para quando isso vai ser acordado.” Presidente suplente Maria de Fátima Chagas
Dias Coelho: “Nós já tínhamos conversado de dar uma notícia, de ter um
495 cronograma, pelo menos.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Só
496 complementar a fala do Matheus, da Arsa, e colocar a Copasa à disposição
497 deste Conselho para apresentar esse programa que a Copasa está
498 desenvolvendo, no qual a Arsa hoje está se baseando, justamente, com relação
499 a esse controle das ações de meio ambiente que a empresa possui, que vão ser
500 regulamentadas pela agência. E pautar a apresentação do programa de
501 mananciais aqui no Conselho. E, por fim, realmente, só reforçar a necessidade da
502 agilidade da conclusão dos estudos com relação à flexibilização da vazão de
503 efluente da barragem do rio de Pedras.” **4) EXAME DAS ATAS DA 103^a E 104^a**
504 **REUNIÕES.** Aprovadas por unanimidade as atas da 103^a e 104^a reuniões do
505 Plenário do CERH, realizadas nos dias 23 de novembro e 14 de dezembro de
506 2016, respectivamente. A ata da 103^a reunião foi aprovada com a seguinte
507 ressalva: complementar com os esclarecimentos solicitados pela conselheira
508 representante do Fonasc e prestados pelo IGAM no item 7, relativo a
509 “Informações sobre outorgas por bacia hidrográfica.” Na ata da 103^a reunião,
510 foram registradas abstenções de votos dos conselheiros representantes da

511 Secretaria de Estado de Saúde, Instituto Aço Brasil, Crea, UFMG e prefeituras.
512 Na ata da 104^a reunião, foram registradas abstenções de votos dos conselheiros
513 representantes do Crea, UFMG e prefeituras. **5) PROPOSTA DE AGENDA**
514 **PARA AS REUNIÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**
515 - **CERH/MG PARA O ANO DE 2017.** Aprovado por unanimidade o calendário do
516 Plenário do CERH para o ano de 2017, com previsão de reuniões trimestrais nos
517 dias 20 de abril, 20 de junho, 19 de setembro e 14 de dezembro, com a
518 possibilidade de convocação de sessões extraordinárias. A conselheira Maria
519 Teresa Viana de Freitas Corujo registrou requerimento para que seja pautada na
520 reunião do dia 20 de abril uma apresentação, pelo Fonasc, de estudo sobre
521 outorgas nas bacias dos rios das Velhas e Paraopeba. O conselheiro Marcus
522 Vinícius Polignano reiterou solicitação para que na mesma sessão seja pautado
523 item de informações e posicionamento do Plenário do CERH quanto ao
524 contingenciamento de recursos do Sisema pelo governo do Estado. **6)**
525 **INDICAÇÃO DE REPRESENTANTES DO CERH-MG, UM DO PODER PÚBLICO**
526 **E UM DA SOCIEDADE CIVIL, PARA ATUAR JUNTO AO FÓRUM**
527 **INTERCONSELHOS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS**
528 **HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA.** O Plenário do CERH
529 aprovou por unanimidade a indicação dos conselheiros Eric Alves Machado, da
530 Prefeitura Municipal de Contagem, representante do poder público, e Antônio
531 Giacomini Ribeiro, da Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo
532 Mineiro (Angá), representante da sociedade civil, como seus representantes no
533 Fórum Interconselhos, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos,
534 Participação Social e Cidadania. Debates. Antes da indicação dos membros,
535 Rômulo Magalhães Fernandes, representante da Secretaria de Estado de
536 Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, fez exposição sobre o Fórum
537 Interconselhos contextualizando sua trajetória, mecanismos de participação social
538 e sua atuação, e destacou a importância como ferramenta para fortalecer a ação
539 dos diversos conselhos estaduais, bem como suas pautas transversais. Após a
540 apresentação, a conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo solicitou
541 informações sobre os recursos utilizados no projeto e a fonte de despesas,
542 considerando a situação atual de contenção de gastos na área de recursos
543 hídricos e de contingenciamento de recursos do Sisema pelo governo do Estado.
544 Rômulo Magalhães Fernandes informou que houve despesas com o seminário
545 realizado no final de 2016, com a participação de mais de cem pessoas, gastos
546 com servidores envolvidos, além do portal do programa Participe MG. O
547 conselheiro Leonardo Carvalho Ladeira, representante da Seplag, esclareceu que
548 não há previsão orçamentária para o programa e que existem apenas ações de
549 articulação. Informou que, para a realização do seminário, foram obtidas
550 parcerias que viabilizaram o local do evento e o fornecimento de lanches, sem a
551 geração de custos para o Estado. Quanto ao portal, esclareceu que se trata de
552 um programa de governo e que “não teve grande contratação de empresa, sendo
553 que a maior parte foi desenvolvimento interno com equipes da Secretaria de

554 Direitos Humanos". O conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro considerou
555 fundamental a participação do CERH no Fórum Interconselhos, considerando a
556 transversalidade das matérias tratadas e, inclusive, a participação dos Comitês
557 de Bacias Hidrográficas, "que são conselhos de representação social na base".
558 "Então, é fundamental que nós possamos utilizar dessa estrutura que está sendo
559 montada para também procurar dinamizar e apoiar mais os Comitês de Bacia do
560 nosso Estado". O conselheiro Leonardo Carvalho Ladeira também destacou a
561 importância do Fórum Interconselhos e sugeriu que cada Comitê de Bacia
562 Hidrográfica também tivesse acesso. **7) MAPA DA QUALIDADE DAS ÁGUAS.**
563 **Apresentação: Diretoria de Planejamento e Regulação (DPRE)/IGAM.** Katiane
564 Cristina de Brito Almeida, gerente de Monitoramento de Qualidade das
565 Águas/IGAM, fez apresentação do mapa da qualidade das águas de Minas
566 Gerais relativo ao ano base 2016 destacando que os principais objetivos do
567 programa de monitoramento são "prover a sociedade de informações sobre a
568 qualidade das águas e recursos hídricos, sua evolução ao longo do tempo e
569 espaço, apoiando as estratégias e tomadas de decisões para a melhoria da
570 qualidade ambiental e dos recursos hídricos no Estado, além de acompanhar e
571 verificar a efetividade das ações de controle ambiental implementadas e propor
572 prioridades de atuação". Informou ainda que toda a apresentação foi
573 disponibilizada em CD para os conselheiros e está disponível no site da SEMAD,
574 e se colocou à disposição para eventuais esclarecimentos. Após a exposição,
575 foram registrados os seguintes debates. Debates. A conselheira Cíntia Ribeiro de
576 Freitas solicitou esclarecimentos sobre as coletas citadas de outubro de 2015 e
577 abril de 2016, especificamente em relação ao ponto RD-19, "que aponta o rio
578 Doce como bom em determinado momento". Katiane Cristina de Brito
579 Almeida/IGAM esclareceu que essa frequência de coleta se refere a águas
580 subterrâneas e que o mapa trata de águas superficiais. Informou que, para o rio
581 Doce, é feito monitoramento mensal, sendo que após o acidente com a barragem
582 da Samarco, em Mariana, foram realizados monitoramentos diários. "O mapa
583 retrata uma condição, fazemos uma média dos resultados. Quanto a esse RD-19,
584 especificamente, fazemos a média das 12 campanhas que tivemos, e tem um
585 trecho do rio Doce que é antes do represamento, em Rio Casca; depois da
586 barragem, mas antes da represa de Candonga. É um trecho onde vimos a
587 melhoria da qualidade das águas em função da própria represa que vem a
588 jusante. Ocorre a sedimentação de alguns parâmetros, alguns contaminantes. E,
589 basicamente, o que vimos no acidente foi a violação dos parâmetros,
590 principalmente, ferro, alumínio e manganês. Os outros parâmetros monitorados
591 atenderam à legislação, e esses, com certeza, não entram no cálculo da
592 contaminação por tóxicos." O conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro registrou a
593 seguinte sugestão. "Vendo a bacia mineira do Paranaíba, nós temos 57 pontos
594 amostrais abrangendo uma área de cerca de 66 mil km². Em números absolutos,
595 até que é um número grande. E sabemos das dificuldades de se manter um
596 sistema desse de coleta e análise. Mas, pela área e a importância da bacia, do

597 ponto de vista econômico para o Estado de Minas Gerais, nós estamos muito
598 carentes. Eu sugiro que o ideal é que tivéssemos um ponto amostral para cada
599 sub-bacia. Ali tem sub-bacias que, inclusive, têm dois pontos. Por exemplo,
600 ribeirão Santa Juliana. Só nessa sub-bacia existe em torno de 15 mil hectares de
601 área irrigada gerando emprego, renda, consumindo água e também degradando
602 as águas. E também tem população colocando esgotos. Então, seria muito
603 importante a possibilidade de darmos uma expandida na rede de observação lá.”
604 O conselheiro questionou ainda se a rede de observação já está consolidada e se
605 suporta ampliação, e informou que teria sugestões a dar em relação à região.
606 Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM informou que existe uma rede
607 consolidada, projetada para contemplar os impactos dos maiores centros
608 urbanos, “que foi sendo alinhada ao longo dos anos para pegar importantes sub-
609 bacias e exutórios”. “Como a área do Estado é imensa, o monitoramento é
610 extremamente oneroso, ultimamente temos utilizado uma metodologia em
611 conjunto com a ANA, que tem dado as diretrizes dos trechos do Estado que
612 considera estratégicos do ponto de vista do impacto ambiental e da manutenção
613 da boa qualidade da água, dos pontos de entrega, sobretudo, em divisas de
614 Estados. E prevemos até 2020 a implantação de cem pontos de monitoramento.
615 Então, com certeza, na bacia do Paranaíba, nós temos pontos de monitoramento
616 a serem contemplados. Até 2020, nós vamos ter um calendário de
617 estabelecimento de pontos. Quando chegar a vez do Paranaíba, nós podemos
618 conversar com o Comitê para fazer o melhor ajuste.” O conselheiro Antônio
619 Giacomini Ribeiro cobrou a apresentação de um parecer do IGAM quanto à
620 possibilidade de utilização de recursos para a implantação de uma “rede de
621 monitoramento cooperativa”, além da rede básica atual, “para se cobrir algumas
622 lacunas no Estado”. A presidente suplente Maria de Fátima Chaga Dias Coelho
623 reforçou as informações do IGAM. “Nós temos sistemáticas, tanto que
624 começamos com duzentos e poucos pontos e hoje temos quase 600. Então,
625 sistematicamente, temos ampliado essa rede, e estamos abertos a conversar,
626 principalmente, nessa conexão em que temos definições conjuntas com a ANA
627 de estabelecimento de metas de pontos quali e quantitativos. Com certeza,
628 vamos absorver sugestões nessa ampliação. Agora, esse outro assunto, dos
629 92,5, é outra coisa, não usamos desse recurso para pagamento da rede.”
630 Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Eu falo em sinergia, e é justamente isso
631 que está faltando. Nós temos objetivos comuns, tudo é a mesma história, tudo é
632 monitoramento, tudo é qualidade de água. É inviável, inclusive, utilizar, por
633 exemplo, recursos do Comitê para fazer um trabalho que já é feito, então, temos
634 que entrar onde não é feito pelo Estado e adotar a mesma metodologia para que
635 uma análise possa conversar com outra. Eu estou propondo a sinergia.”
636 Presidente suplente Maria de Fátima Chaga Dias Coelho: “É possível, sim, e eu
637 acho salutar. Nós temos informações de qualidade da água, inclusive, exigidas
638 dentro dos processos de monitoramentos, de condicionantes ambientais. Nós
639 temos uma rica rede de monitoramento de qualidade da água que pode ser

640 agregada, para serem feitas análises conjuntas.” Conselheira Maria Teresa Viana
641 de Freitas Corujo: “Já que a ANA é que estabelece diretrizes e prioridades, onde
642 podemos ter acesso a essa correspondência ou àquilo que acontece ao nível da
643 ANA que determina essas questões? Considerações com relação aos resultados,
644 nós enviaremos ao IGAM. Porque eu fiquei surpreendida com a região do
645 Gandarela, que conhecemos. Tem cursos d’água com classificações de
646 qualidade da água completamente diferentes do que vemos e convivemos. Tipo o
647 ribeirão da Prata estar como classe de qualidade de água ruim e, de repente,
648 outro curso d’água ali como classe de qualidade boa. Não condiz com o que está
649 no território. Eu sei que podem ter metodologias ou a forma como essas questões
650 são avaliadas, mas isso é muito grave. Eu já falei isso no CBH Velhas. Existe
651 uma tendência conceitual de se decidir licenciamentos e gestão de água a partir
652 de mapas e bases com um mapeamento desses. Se realmente houver falhas ou
653 questões técnicas equivocadas, isso é gravíssimo na atual situação hídrica em
654 que está Minas Gerais. Porque os gestores públicos, as pessoas, os prefeitos,
655 todos os entes vão tomar decisões baseados em bases erradas. Última pergunta:
656 onde podemos ter acesso às coordenadas, ou seja, a uma base georreferenciada
657 de onde estão essas estações em que foram coletadas todas essas amostras?”
658 Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: “Todas as informações estão no site do
659 IGAM, no Portal InfoHidro. Em relação à qualidade técnica das informações, eu
660 posso afirmar que é a melhor possível. O IGAM participa de uma rede
661 metrológica nacional, e o laboratório que contratamos é um dos melhores do
662 Brasil, aprovado em estágio de proficiência feito em conjunto com a ANA. Nós
663 temos que ter em mente que estamos falando de um resultado de 2016. Tivemos
664 um período de chuvas agora que realmente muda o contexto. E temos que ver
665 que são indicadores baseados em determinados parâmetros. Por exemplo, foi a
666 turbidez que fez com que a média ficasse muito ruim? Pode ser um rio que não
667 tem problema de esgoto, mas tem problema de margens, de mata ciliar, que,
668 quando chove, escoa tudo para dentro do rio. Então, é tudo muito pontual. É claro
669 que, quando trazemos um mapa de qualidade das águas, infelizmente, não
670 conseguimos trazer a informação fina, porque não dá tempo. Mas estamos
671 abertos, inclusive, para conversar pessoalmente. A equipe técnica está toda
672 aberta, o nosso banco de dados é público e está lá para qualquer pessoa que
673 demande qualquer resultado, fora os que já estão no portal e que atualizamos
674 trimestralmente. As coordenadas já estão lá, mas podemos enviar também de
675 determinada região que se tenha interesse. Os laudos assinados pelo laboratório
676 também podem ser verificados, e podemos disponibilizar.” Conselheira Irany
677 Maria de Lourdes Braga: “Eu só queria saber o seguinte. Você disse que para os
678 dados do Doce se pega a média do ano. E com relação aos demais? Pega o pior
679 resultado ou a média dos quatro resultados analisados?” Katiane Cristina de Brito
680 Almeida/IGAM: “Nesse mapa, apresentamos só dois indicadores. Para o IQA,
681 fazemos uma média dos 12 meses. Quando é mensal, fazemos a média. Quando
682 é bimestral, fazemos a média dos quatro dados. Já para a contaminação por

683 tóxicos nós usamos a pior condição, pois não dá para se fazer uma média.”
684 Conselheira Irany Maria de Lourdes Braga: “Os piores resultados acontecem no
685 período chuvoso?” Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: “Tem regiões que
686 ‘sim’, mas onde vemos maior frequência de contaminação por tóxicos altos ela
687 ocorre quase que no ano todo, sobretudo, no período de seca.” Conselheira Irany
688 Maria de Lourdes Braga: “Mas existem contaminações maiores no período de
689 chuva.” Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: “Sim, mas nas áreas rurais. Por
690 exemplo, na região metropolitana, no Paraopeba, estão bem consolidadas ao
691 longo do ano.” Conselheira Marina Imaculada Ferreira Caldeira: “Eu gostaria de
692 parabenizar pelo trabalho e ratificar a questão do controle de qualidade que é
693 feito no monitoramento, porque o serviço público tem marcos legais que o obriga
694 a realizar esse monitoramento com metodologias muito específicas, mas também
695 com controle de qualidade muito assertivo. E nós temos essa experiência
696 também envolvendo a qualidade da água tratada. Outra observação é que, em
697 relação à espacialização, ela realmente deve ser utilizada como instrumento para
698 a gestão. Nesse sentido, eu só gostaria de tirar uma dúvida. O que dita a
699 frequência? Porque eu vi diferença entre alguns corpos hídricos. É um marco
700 legal específico que dita essa frequência ou uma diretriz para o mapeamento da
701 qualidade das águas no Estado?” Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: “Como
702 diretriz nacional, o que a ANA recomenda é a frequência, pelo menos, trimestral.
703 É uma diretriz nacional do Programa Nacional de Qualidade de Águas. Agora, o
704 mensal já é uma necessidade interna. Temos esses rios importantes para o
705 Estado, que têm captação para abastecimento, e no rio Doce, mais do que
706 nunca, agora teremos que realmente fazer um monitoramento com frequência
707 maior justamente para acompanhar todo esse contexto depois do acidente.”
708 Conselheira Marina Imaculada Ferreira Caldeira: “Me chamou atenção também a
709 fala em relação a riscos à saúde. Em relação aos poços que foram evidenciados,
710 aproximadamente 11% desses poços monitorados, eles são poços, na rotina do
711 monitoramento, já regularizados em relação a outorga ou vocês fazem busca
712 ativa independente de estar regularizado ou não? A finalidade é especificamente
713 para consumo humano?” Maricene Paixão/IGAM: “Os poços, geralmente, são de
714 usos outorgados. Mas existem surgências que também deram alguma
715 contaminação. Inclusive, há alguns anos, tivemos contato com a Secretaria de
716 Saúde, principalmente, sobre a rede do Norte, em que alguns parâmetros estão
717 mais em desacordo, para atuarmos juntos.” Conselheiro Pedro de Freitas
718 Moreira: “Estamos com um processo de discussão da diminuição de uso de
719 agrotóxicos. Para essa pauta, eu queria saber se é possível diferenciar ou se
720 nesse estudo vocês conseguem ver a origem da contaminação ou se tem alguma
721 perspectiva de diferenciar esse tipo de contaminação por tipo de ação produtiva.
722 Foi falado de forma genérica. Pela nossa prática, o impacto de agrotóxicos na
723 agricultura familiar e nas comunidades é muito grande. Quando passam esse
724 material para nós, precisamos fazer duas reflexões. A primeira é que o tom que
725 passamos é muito suave, parece que tem 85% bons e 15% ruins. Não está bom,

726 nós estragamos 15% da água que era boa. Então, a forma com que dialogamos
727 com a sociedade em um documento desse precisa refletir um pouco isso. O
728 agrotóxico faz mal, o minério faz mal, então nós estamos passando um relatório
729 de que 15% da água de Minas Gerais está contaminada. Isso representa em
730 torno de 5 milhões de pessoas atingidas, se formos fazer uma regra de três
731 simples. Esse tom em que conversamos precisa mudar um pouco, e nós
732 precisamos entender. Não estou entrando na metodologia, entendendo que está
733 tudo certo. E a segunda reflexão, que talvez seja da metodologia da reunião
734 inteira, é que nesta reunião nós precisamos ter tempo para discutir a estratégia a
735 partir dessas análises. Por exemplo, nós temos ações de minimização de
736 impactos na Seda, Codemig e IEF que têm a ver com essa política geral de água.
737 Quando vemos um mapa desses, precisamos ter um período e um tempo para
738 discutir, que seja colocada a estratégia do Estado e nos deem a possibilidade de
739 dialogar em torno disso. Ao pensar as próximas pautas, em vez de se colocar
740 várias informações para nós, pensar como fazer isso. Nós da Secretaria de
741 Desenvolvimento Agrário estamos abrindo diálogo com vários setores do meio
742 ambiente para discutir agroecologia como instrumento de minimização de
743 impacto, seja através do Fhidro, da Copasa, da Codemig, e isso não está
744 alinhado. Talvez este seja um espaço onde possamos conversar e pelo menos
745 entender o que os outros órgãos estão fazendo em torno disso. Então, a primeira
746 preocupação seria conseguir entender qual é o impacto de qual tipo de produção
747 nesse estudo. Para nós da agricultura familiar seria muito interessante conseguir
748 entender o peso do agrotóxico nisso. E a outra seria o desdobramento a partir
749 dessa análise, seja a partir da discussão do Fhidro, seja através de pautar a
750 Seplag e tentar fazer esse esforço, para que consigamos, minimamente, dar
751 conta desse esforço.” Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho:
752 “Esse é um relatório técnico de monitoramento. Evidentemente, cada entidade e
753 cada órgão público e a sociedade civil têm que realmente induzir essas
754 informações em função da sua própria pauta. São várias secretarias e entidades
755 que dialogam com suas particularidades e suas formas de se articularem com
756 esses resultados. Esse é o resultado de um monitoramento que tem indicativos,
757 como foi mostrado, de possíveis fontes de poluição. Mas esse diálogo com cada
758 ente eu acho que é específico de cada pasta. Não tem como trabalharmos na
759 indicação do que a Saúde vai dialogar com a sociedade em relação a esses
760 dados. É importante o que você falou, é preciso analisar a questão dos
761 agrotóxicos, e tem indicadores que devem ser em função de poluição em
762 agricultura. Então, é importante que cada um se apodere dessas informações
763 para transmitir para o seu público, para a sociedade. Sobre discutirmos, nós
764 devemos discutir, inclusive, dentro do governo mesmo, como trazer essas pautas,
765 porque aqui é um conselho de políticas públicas, e são quatro reuniões por ano.
766 Mas estamos abertos à indicação de pautas. Recebemos sugestões de pauta, é
767 nosso dever, e é muito bom que isso aconteça, porque aí o Conselho vai fazer o
768 seu papel de construção de políticas públicas e, principalmente, de integração. A

769 política de recursos hídricos não é só participativa, como também pressupõe essa
770 integração entre as diversas políticas setoriais. E é importante que os nossos
771 dados sejam utilizados e traduzidos dentro das atribuições de cada órgão.”
772 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Eu acho que o Pedro tocou em algumas
773 questões que são fundamentais. Nós temos a apresentação de vários produtos
774 aqui, e infelizmente o tempo é reduzido, inclusive, para refletir sobre esses
775 produtos. E às vezes acabamos, inclusive, tocando em pontos que são
776 impossível de serem verificados por causa, por exemplo, da escala do mapa, que
777 não dá para aferir se esse ponto tal está naquele lugar que achamos que está.
778 Esse é uma questão importantíssima, de podermos discutir a questão da política
779 que determina o IGAM, que faz esse trabalho bem feito. Uma das questões que
780 são complexas para determinarmos é a densidade de postos. A densidade de
781 postos, a densidade de leituras, tem uma influência política. Foi a política que
782 definiu que a leitura no rio Doce é mensal e que no resto do Estado é trimestral. E
783 aqui também se faz política. Então, o Conselho também precisa ser ouvido na
784 definição das áreas prioritárias de estabelecimento, até porque o IGAM, até pelo
785 tamanho do Estado, não consegue saber onde tem que pôr um posto ou não. E
786 às vezes a demanda local não é, necessariamente, a demanda técnica para
787 informar a rede como um todo. Então, precisa ter esse diálogo, e talvez esse
788 diálogo possa ocorrer aqui, que é um conselho representativo. Eu tenho alguns
789 questionamentos muito pontuais. O IGAM tem algum posto automatizado? Eu sei
790 que não para todos os parâmetros, porque isso é impossível, por causa da falta
791 de coleta de informação. Mas algumas informações podem ser coletadas em
792 tempo real. Existe algum ponto automatizado do IGAM?” Katiane Cristina de Brito
793 Almeida/IGAM: “Atualmente, a rede automatizada está sendo fomentada pela
794 ANA, em parceria com os Estados, para amparar a questão do rio Doce. Existe
795 um programa de monitoramento, o PMQQS, quer foi pensado no âmbito das
796 ações de recuperação do rio Doce, que prevê 22 estações automáticas. Estão
797 para ser implantadas pela Fundação Renova ao longo deste ano, e as diretrizes
798 foram dadas tanto pelo IGAM quanto pela ANA quanto pelo Iema. Toda a
799 metodologia, tecnologia, tudo foi repassado pelos órgãos gestores. A Regina
800 (Pimenta, do IGAM) acompanhou, pessoalmente, a implantação dessas
801 estações, e nós vamos ter essa primeira experiência. É muito caro. Algumas
802 estações a ANA já tinha e vão ser aproveitadas. Foram cedidas para serem
803 aproveitadas no contexto. E a Samarco vai adquirir as outras.” Conselheiro Sylvio
804 Luiz Andreozzi: “Ou seja, fora da área de compensação feita pela empresa, não
805 existe o projeto de implantação de estações automáticas, estão todas no Vale do
806 Rio Doce.” Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: “Tem as estações
807 automáticas da Agência Nacional de Águas, que têm monitoramento específico
808 deles. Acaba que, para a parte de qualidade de água, fica um pouco restrito,
809 porque as sondas fazem a leitura de, no máximo, seis ou sete parâmetros. Acaba
810 que o monitoramento convencional é mais completo, mais abrangente, não se
811 limita tanto às questões operacionais da sonda de qualidade de água. Mas, sim,

812 existe, a ANA tem e, inclusive, divulga no seu site os dados." Conselheiro Sylvio
 813 Luiz Andreozzi: "Existe algum estudo direto do IGAM entre a qualidade e a vazão
 814 no ponto de coleta?" Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: "Ainda não. É o que
 815 se pretende com esse programa que a ANA contratou." Conselheiro Sylvio Luiz
 816 Andreozzi: "Então, se infere que existem coletas em épocas de mais água e de
 817 menos água por causa da sazonalidade climática." Katiane Cristina de Brito
 818 Almeida/IGAM: "Sim." Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: "Mas não tem uma
 819 razão direta, não tem estudos para fazer uma relação numérica direta." Katiane
 820 Cristina de Brito Almeida/IGAM: "Ainda não, mas já começamos a fazer a coleta
 821 de vazão, só que ainda precisamos de mais dados para termos uma informação
 822 mais consolidada. Porque a medição de vazão é semestral e exige um
 823 operacional muito mais complexo." Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: "Existe
 824 alguma estação hidrométrica padrão em que é feita coleta de qualidade de
 825 água?" Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: "Sim, o IGAM tem monitoramento
 826 fluviométrico." Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: "Existe coleta de qualidade
 827 nessas estações?" Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: "Em algumas, sim."
 828 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: "Para terminar, uma consideração e uma
 829 pergunta. O ponto de coleta explica a qualidade da água que tem lá, mas o que
 830 interfere na qualidade que tem lá é a área de contribuição. Vocês têm algum
 831 projeto de fazer o mapeamento espacial dessas áreas de coleta?" Katiane
 832 Cristina de Brito Almeida/IGAM: "Sim, inclusive, nós estamos uniformizando as
 833 bases. Inclusive, nós estamos passando a base de monitoramento toda para a
 834 base ottocodificada, que é a que a ANA trabalha. Nós pretendemos, sim, fazer os
 835 estudos de áreas de contribuição, mas é um desafio enorme, porque a área do
 836 Estado de Minas Gerais é muito grande e são diversificados fatores de pressão.
 837 Está na nossa meta fazer esse estudo de área de contribuição ponto a ponto
 838 identificando o que nós temos lá de carga contribuindo para cada ponto."
 839 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: "A última colocação é um ponto que foi
 840 levantado, inclusive, na última reunião do Fórum Mineiro. Havia uma linha de
 841 financiamento dentro do Fhidro para postos de monitoramento que foi retirada do
 842 Fhidro. E isso, do ponto de vista, principalmente, dos Comitês de Bacia, que
 843 tinham acesso a esse projeto, seria contribuição dos Comitês de Bacia para
 844 ampliar a rede de monitoramento, de informação, do IGAM, a partir da nossa
 845 realidade, aquela que conhecemos na nossa bacia. Então, seria muito bem-vindo
 846 o retorno desse item de financiamento para o Fhidro. Eu não sei por que foi
 847 retirado." Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: "Existe.
 848 Esse monitoramento não é bancado pela ANA totalmente. Grande parte são
 849 recursos do Fhidro, sim, da rede de monitoramento de qualidade da água.
 850 Realmente, até este ano, foi feito com recursos do Fhidro, tanto que nós
 851 submetemos ao Grupo Coordenador do Fhidro a rede, apresentamos os
 852 investimentos que são feitos." **8) ATUAÇÃO DO IGAM NA CÂMARA TÉCNICA**
853 DE SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DAS ÁGUAS / BACIA DO DOCE.
 854 Regina Pimenta, da Diretoria de Planejamento e Regulação/IGAM,

855 complementou a apresentação do item anterior sobre o mapa da qualidade das
856 águas, com foco em monitoramento emergencial na bacia do rio Doce após o
857 rompimento da barragem da Samarco, em Mariana. Em seguida, expôs sobre a
858 atuação do IGAM na Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade das
859 Águas da Bacia do Rio Doce, criada no âmbito do Comitê Interfederativo.
860 Debates. Após a exposição da representante do IGAM, foram registrados os
861 debates, conforme transrito a seguir. O conselheiro Edson de Oliveira Vieira
862 questionou se no momento da coleta de amostra para análise de qualidade foi
863 feita análise de vazão? Regina Pimenta/IGAM esclareceu que isso será feito no
864 Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistemático (PMQQS). “Nós
865 tivemos o mesmo procedimento no nosso mapa. Temos os parâmetros físico-
866 químicos e vimos na mesma metodologia adotada pelo Cetec. Com a
867 implantação do PMQQS, que começa em junho, nós vamos ter essa medição de
868 vazão, e vai ser o monitoramento completo. Estão sendo instaladas estações
869 automáticas e todo aquele monitoramento.” Presidente suplente Maria de Fátima
870 Chaga Dias Coelho: “De toda forma, existe uma rede operada do CPRM, do
871 sistema de alerta ao longo do rio Doce. Então, existem estações convencionais
872 com essa possibilidade de correlacionar vazão com qualidade da água. Agora
873 serão instaladas essas estações automáticas de qualidade da água e, dentro
874 desse programa, o monitoramento de vazão simultâneo à coleta.” O conselheiro
875 Edson de Oliveira Vieira indagou se foi feito algum levantamento da espessura do
876 material sedimentado, em função do rompimento da barragem, e do tipo de
877 material que está depositado. Regina Pimenta/IGAM: “No nosso relatório, nós
878 temos análise de sedimentos. A espessura do sedimento varia. Tem locais, como
879 próximo a Barra Longa, onde chegaram a 5 m de altura. E tem locais mais
880 distantes onde foi sendo diluído e ficando nas encostas com uma camada mais
881 fina. Varia com as áreas de remanso, áreas curvas, áreas onde o rio já estava
882 assoreado.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Nós temos
883 conversado e encontrado pessoas ao longo desse grave impacto, e realmente
884 quando vemos a apresentação de relatórios, independentemente de terem uma
885 qualidade ou terem tido toda uma dedicação, é como se estivéssemos lendo um
886 conto de fadas relacionado com a realidade. Por exemplo, eu escutei do
887 procurador doutor Edmundo, nesta semana, em uma reunião em que tratamos,
888 precisamente, das questões ligadas à recuperação do rio Doce, que no nosso
889 entendimento, como sociedade civil, é muito pouca, comparada com o impacto, e
890 muito lenta, comparada com a agilidade com que a mineradora quer retomar as
891 atividades. Mas ele, pessoalmente, inclusive, compartilhou que esteve em Barra
892 Longa, a menos de um mês, e ficou estarrecido porque a recuperação são
893 grandes pedras ou grandes blocos de pedra sendo colocados nas beiradas do
894 curso d’água, e que isso é o que está sendo feito e chamado de recuperação. E
895 ele, que não é nem da área ambiental – ele é o procurador no âmbito da defesa
896 dos direitos das comunidades –, com o pouco que conhece como cidadão, disse
897 ‘mas que tipo de recuperação é essa?’, ‘o rio não era assim, as pessoas não vão

898 conseguir chegar mais ao rio'. Então, estão fazendo aquilo que fazem na cidade,
899 que é encaixotar rios e pôr embaixo de viadutos, com grandes obras de
900 engenharia? Está se permitindo a Fundação Renova todo esse trabalho, que
901 deve ser um esforço de tempo e de recurso, mas quando vamos ao lugar a
902 sensação é absurda. Que rio é esse que está sendo recuperado? Ele falou assim.
903 As pessoas, antes, chegavam andando no rio, tinham acesso. Pedras,
904 montanhas de pedras..." Regina Pimenta/IGAM: "Eu estive em Barra longa e
905 acompanhei esse processo também. O plano de manejo e rejeito ainda não foi
906 aprovado. Porém, em Barra Longa, como já estava próximo do período chuvoso,
907 alguma coisa tinha que ser feita para contenção. A recuperação das casas de
908 Barra Longa foi emergencial. Em todo esse manejo foi feita uma pavimentação e
909 foram plantadas gramíneas que nós do meio ambiente falamos assim: "Não vai
910 pegar." Eu fui lá em agosto, e as gramíneas estavam bem pequeninhas, bem
911 sensíveis, com erosão. E qual foi a preocupação maior? Foi não criar uma nova
912 onda de rejeito, porque tinha uma grande altura, uma espessura muito alta de
913 rejeitos no entorno de Barra Longa. Se fôssemos entrar com a retirada mecânica,
914 iríamos gerar outra onda. Então, o que foi feito, emergencial, foi essa
915 pavimentação. Quando eu voltei, em novembro, as braquiárias, as gramíneas que
916 eles plantaram já estavam com mais de 1 m de altura. Então, a reconstrução
917 ambiental não é para voltar à coisa primitiva – nós não vamos conseguir isso –,
918 mas para reabilitar na medida do possível, na emergência, para não ter o
919 carreamento de outra onda no período chuvoso. Isso foi feito em Barra Longa
920 como uma medida mitigadora emergencial. Quando chega lá, para quem não
921 conhecia antes, está ambientalmente equilibrado, porque a água está correndo,
922 sedimentou, cresceu uma matinha ciliar. Nós esperamos que a Câmara de
923 Reposição Florestal consiga estabelecer espécies nativas ali. E a comunidade de
924 Barra Longa se sentiu atendida. Como iria ficar com 1 tonelada de rejeitos ali,
925 sem também ter acesso? Então, nós conversamos muito sobre o manejo de
926 rejeito, onde vamos gerar outra onda, onde é possível entrar com escavadeira
927 mecânica para retirar. O que nós queremos? Queremos fazer um escarcéu e tirar
928 tudo ou nós queremos resolver isso de maneira um pouco mais racional? Eu
929 acredito que a revitalização do rio Doce vai mais nesse sentido de reparação, e
930 não de conseguir os parâmetros que eram primitivos lá atrás. Eu acho que temos
931 que ser muito calmos nessa hora, pois em alguns lugares o rejeito não dá para
932 ser retirado, não tem acesso, passa por dentro de mata. Não podemos fazer mais
933 uma abertura na mata, por exemplo, para passar os caminhões, não podemos
934 mais abalar os municípios com o peso dos caminhões da retirada de rejeitos,
935 poeira, poluição do ar. São várias coisas que afetam a população, que não
936 aguenta mais também. Então, temos que ser racionais nesses municípios em que
937 conseguimos estabelecer o emergencial para ser feito." Conselheiro Eric Alves
938 Machado: "Eric Machado, da Prefeitura de Contagem, Secretaria de Meio
939 Ambiente, mas vou falar como coordenador da ONG Proteger. Como servidor
940 público, como instituição, tem a burocracia, os dados normalmente apresentados

941 pelas empresas, pelos empreendimentos, e nós só fazemos análise dentro do
942 escritório. Como coordenador de ONG, eu não aceito isso nunca. Temos que ir a
943 campo questionar e nunca aproximar os nossos dados daquilo que a empresa
944 quer escutar. Temos que aproximar dentro daquilo que a sociedade civil quer
945 escutar e do que o meio ambiente precisa. Então, eu vou ser muito mais
946 questionador aqui do que, simplesmente, poder público. Então, não temos nunca
947 que aceitar os dados apresentados. Eu estou fazendo um projeto que se chama
948 Contagem das Nascentes, e me impressiona tanto como o mapa não mostra a
949 realidade nunca. Fala que tem só 300 nascentes, e tem mil e tantas nascentes.
950 Então, os mapas, vamos parar de colocá-los como realidade, pois não são. O
951 serviço público pode alegar falta de recursos, falta de tudo, mas ir a campo e ver
952 a realidade é fundamental.” Regina Pimenta/IGAM: “Nós temos expedições
953 mensais. Eu já fui várias vezes a todo o percurso, de Fundão até a foz. Já tem
954 um sobrevoo marcado para o dia 31, e vamos fazer de Candonga até a área
955 marinha, junto com o pessoal do Iema e do Ibama. Eu estou presente em campo
956 direto, virou uma batalha para mim também. Nós não aceitamos várias coisas.
957 Nesse workshop de manejo de rejeitos, nós tivemos até um atrito com a
958 Fundação Renova porque não é missão nossa escrever o plano de manejo de
959 rejeitos, e eles queriam que nós praticamente escrevêssemos o plano e
960 ditássemos todas as regras. Não, esse plano tem que ser consolidado, tem que
961 ser escrito por eles. Nós vamos validar, nós vamos destrinchar de acordo com os
962 nossos critérios, mas tem que vir deles. Então, tem várias ações acontecendo e
963 vêm atropeladamente. São dez Câmaras Técnicas e tantas ações, tantas notas
964 técnicas. E nós estamos interagindo com outras câmaras por causa disso, porque
965 tudo tem relação com a água. E temos ido a campo, não só com o pessoal da
966 Renova, mas com os técnicos das Câmaras Técnicas. E o que existe para os
967 técnicos é uma vontade louca de fazer esse monitoramento e essa revitalização
968 do rio Doce serem um exemplo para o país em termos de revitalização de bacias,
969 porque não é mais falta de recurso. Então, nós estamos pedindo do bom e do
970 melhor, da melhor qualidade, com agilidade, e estamos cobrando, realmente,
971 porque não tem desculpa.” Conselheira Cíntia Ribeiro de Freitas: “Eu sou
972 presidente da Comissão de Direito Ambiental da OAB e representante da OAB
973 neste Conselho. Também sou coordenadora do Comitê de Cidadania e
974 Conciliação da OAB para Mariana. Desde de março de 2016 que eu acompanho
975 regularmente, fiz visitas de campo em Paracatu de Baixo, em Bento Rodrigues. O
976 Comitê de Cidadania e Conciliação hoje conta com cooperação técnica e
977 coordenação do professor José Claudio Junqueira, que foi presidente da FEAM, e
978 de outros dez engenheiros ambientais. Mais do que questionar trabalho é colocar
979 a Comissão da OAB e o Comitê de Cidadania à disposição do IGAM,
980 especificamente, em relação a isso, porque nós estamos e vamos continuar a
981 fazer esse acompanhamento de campo. Especificamente em relação ao que a
982 Teresa disse da questão do que ela viu e ouviu em relação a Barra Longa, o
983 professor José Claudio Junqueira me disse, a princípio, que essas pequenas

984 barragens de contenção seriam a única forma que existiria, tecnicamente, para
985 fazer o desassoreamento do rio. Não existe possibilidade de fazer o
986 desassoreamento do rio sem pequenas barragens de contenção, para que haja
987 sedimentação desse material e depois a sua extração. Evidentemente que não
988 existe nenhuma possibilidade – essa é a minha avaliação como advogada e não
989 como técnica – de voltarmos ao status quo. Tem inúmeras críticas em relação a
990 isso. O engenheiro Matheus Carvalho trabalha no laboratório de Áreas
991 Biodegradadas da UFMG e disse que estavam constatando lá que estavam
992 arrancando topo de morro para colocar em cima da lama para fazer a reparação
993 ambiental. Então, o que está sendo utilizado, tudo isso tem que ser verificado
994 com muito cuidado, para que também não tenhamos uma ‘reparação ambiental
995 por Google Maps’, de cima se veja uma vegetação, se plante ‘alpiste’. Lá de cima
996 está tudo verdinho. Então, a regeneração tem que ser a melhor possível. E o
997 Comitê de Cidadania e Conciliação da OAB está à disposição do IGAM nessa
998 empreitada.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Estão tentando
999 fazer todo o melhor, mas, por exemplo, me assusta muito a velocidade com que a
1000 Samarco está querendo a retomada. O Pimentel, na semana passada, afirmou
1001 que vai ser já nos próximos meses.” Presidente Maria de Fátima Chagas Dias
1002 Coelho: “Não tem nada certo ainda.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas
1003 Corujo: “Tem essa informação, e nós vamos checar o que a Supram deu de
1004 outorga para a Samarco, para pegar material de Germano e poder deixar descer
1005 no rio Piracicaba. O que eu estou colocando é o seguinte. Nós já falamos isso, eu
1006 aqui, e, em outras instâncias, outras pessoas. Não há como recuperar a bacia do
1007 rio Doce se não tratar também de garantir as águas que ainda têm qualidade, as
1008 águas que chegam por todos os afluentes, para contribuir com essa recuperação,
1009 se isso não for imediatamente cuidado.” Regina Pimenta/IGAM: “A Zuleika
1010 Torquetti é a coordenadora do Sisema, que pega IGAM, FEAM, IEF, os técnicos,
1011 inclusive, o Ibama também. Nós vamos a campo, e tem um programa só dos
1012 tributários. Então, todos os tributários foram mapeados, e existe o programa
1013 específico para eles, porque nós também entendemos que esses tributários é que
1014 vão realimentar o rio Doce.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo:
1015 “Mas como isso está dialogando, o Comitê Interfederativo, o IGAM e todos esses
1016 atores em relação, por exemplo, ao licenciamento? Que no caso continua dando
1017 a rodo outorgas ou licenciando ou pretendendo licenciar. Independentemente de
1018 que na nossa legislação esse absurdo continue, a decisão entre gestão de água
1019 e licenciamento, no caso específico de uma tragédia desse porte, esse seria um
1020 dos encaminhamentos prioritários, a nosso ver. Se já tem todos os afluentes,
1021 todos os tributários ao longo da bacia que vão colaborar com essa recuperação,
1022 isso deveria ser formalizado pelo IGAM, por todos os atores que quiserem fazer
1023 isso, porque é a coisa certa; as Supramps, ainda mais agora que licenciamentos
1024 de 1 a 4 são feitos por técnicos da Supram. Imaginem o tamanho da situação em
1025 que estamos. Técnicos das Supramps licenciando empreendimentos de 1 a 4. O
1026 que vai caber à sociedade é entrar com recurso e rezar para um dia ser pautado

1027 e votado contra. E nesse meio-tempo o empreendimento está se consolidando,
1028 estão se criando o impacto e a situação. A vantagem que nós temos como
1029 sociedade civil é não ter nenhuma amarra. Mesmo que as decisões continuem
1030 sendo completamente equivocadas, nunca se vai dizer que não teve registrado
1031 que teve uma sociedade coerente e olhando para essa tragédia da forma que tem
1032 que ser e não da forma que uma Fundação Renova, que é dos próprios
1033 criminosos. Está confirmado que são criminosos, tanto que estão respondendo a
1034 uma ação penal por homicídio. Isso tudo, realmente, é muito dolorido. Para quem
1035 está vendo da forma que é, isso é muito violento. Nós só damos conta porque
1036 somos sonhadores. Sabemos que estamos fazendo uma história, mas é de uma
1037 violência incalculável.” Regina Pimenta/IGAM: “Nós também sentimos da mesma
1038 forma. Os técnicos da Supram Central estão conosco nas reuniões sobre manejo
1039 de rejeito. Algumas atitudes da Câmara Técnica de Segurança. Em todas as
1040 reuniões em que temos que pontuar outorga, licenciamento, seja o que for, a
1041 Supram Central é chamada para alinharmos. Esse alinhamento também está
1042 sendo feito.” **9) NOVO PORTAL DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS**
1043 **DE MINAS GERAIS.** **Apresentação:** **Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema**
1044 **Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos/IGAM.** Álvaro Caetano
1045 Castro, assessor de comunicação do Sisema, informou que está sendo
1046 trabalhado tecnicamente para que o portal que está no ar seja espelhado para o
1047 novo Portal dos Comitês, que em breve deverá estar no ar. Devido ao adiantado
1048 da hora, a apresentação ao Plenário do CERH do novo Portal dos Comitês de
1049 Bacias Hidrográficas de Minas Gerais foi remetida à próxima reunião. **10) RECUPERAÇÃO DE NASCENTES E OUTRAS INTERVENÇÕES NA**
1050 **NATUREZA.** **Apresentação:** **Federação da Agricultura do Estado de Minas**
1051 **Gerais (Faemg).** Guilherme da Silva Oliveira fez apresentação de ações
1052 realizadas pela Faemg/Senar em relação à proteção e recuperação de nascentes
1053 no Estado de Minas Gerais, no âmbito do Programa Nosso Ambiente, destacando
1054 que são aplicadas ações de cunho ambiental e de recursos hídricos. Após a
1055 apresentação, o conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro perguntou se há algum
1056 tipo de mapeamento, por região ou município, de áreas passíveis de serem
1057 recuperadas? Guilherme da Silva Oliveira: “O Senar trabalha sob demanda, mas
1058 o sistema Faemg, Fiemg e o governo do Estado, antes do acidente de Mariana,
1059 tinham assinado o Pacto das Águas com a Bacia do Rio Doce, que tinha
1060 mapeadas áreas prioritárias. Então, a nossa intenção era atuar como piloto na
1061 bacia do rio Doce, principalmente, nas áreas prioritárias de cada bacia. Depois
1062 teve o acidente, e parou tudo, e essas ações com o Comitê ficou parada. Mas
1063 estamos abertos a fazer parcerias com qualquer Comitê e com quem queira fazer
1064 nesse sentido.” **11) NOVA LOGOMARCA DO IGAM.** **Apresentação:** **SEMAD.**
1065 Álvaro Caetano Castro, assessor de comunicação do Sisema, apresentou ao
1066 Plenário do CERH a nova logomarca do IGAM, elaborada pela equipe da
1067 Assessoria de Comunicação e escolhida pelos servidores entre três opções
1068 apresentadas. **12) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **13)**

1070 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente
1071 suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho declarou encerrada a sessão, da
1072 qual foi lavrada esta ata.

1073

1074 **APROVAÇÃO DA ATA**
1075
1076

1077 **Maria de Fátima Chagas Dias Coelho**
1078 Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas e
1079 Presidente suplente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG

ANEXOS I, II e III



Of.05/2017

Belo Horizonte, 15 de Fevereiro de 2017.

Jairo Issac
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Presidente do CERH

Ref.: Deliberação sobre Contingenciamento de Recursos da Cobrança

Prezado Senhor,

O Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas (FMCBH), colegiado que representa os 36 Comitês de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais, reunido na sua 48ª Reunião Ordinária, realizada em Belo Horizonte nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2017, demonstrou mais uma vez a profunda preocupação e desalento com o contingenciamento de recursos dos valores da cobrança pelo uso das águas.

Ressaltamos que a cobrança pelo uso das águas é instrumento previsto da legislação sobre gestão de recursos hídricos visando a implementação de ações de revitalização e gestão deste importante recurso natural, mitigando as ações antrópicas que vem poluindo e degradando os rios de Minas Gerais.

Ainda lembrando que em 25 de março de 2015 este governo assinou como todos os comitês de bacia de Minas Gerais um pacto pela gestão das águas no estado e no qual constava claramente o não contingenciamento dos recursos da cobrança.

E para o nosso desencanto todo o valor arrecadado em 2016, referente ao 92,5%, não foram repassados até hoje aos comitês, o que compromete todo o programa de metas já estabelecidas nos planos diretores.

O Fórum Mineiro reforça que este contingenciamento é ilegal pois o recurso da cobrança tem finalidade definida em lei e tem que ser repassado aos comitês, e coloca em dúvida a fé pública do pacto assinado por este governo.

Desta forma Excelentíssimo Senhor Governador, Fernando Da Mata Pimentel, solicitamos que este contingenciamento seja revisto, o repasse seja feito

Rua dos Carijós, nº 150 – 10º andar / sala 03 – Bairro Centro – Belo Horizonte/MG – CEP 30120-060
Telefones: (031) 3222-8350 – cbhvelhas@cbhvelhas.org.br



Of. 08/2017

Belo Horizonte-MG., 15 de fevereiro de 2017

Ref.: Análise e emissão dos documentos de outorga

Jairo Issac

**Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Presidente do CERH**

Excelentíssimo senhor,

O Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais, em reunião plenária ocorrida nesta data, discutiu a questão do sistema de outorgas de uso de recursos hídricos no Estado.

É de conhecimento geral que a análise e emissão dos documentos de outorgas está em situação caótica. Não há outra palavra a ser utilizada!

Segundo informações do IGAM, há uma demanda estacionária, um passivo, de mais de 30.000 processos parados, aguardando análise e deliberação. Isto sem contar os processos que diariamente são protocolados e formalizados.

A Outorga é um dos principais instrumentos de gestão de recursos hídricos, senão o principal, já que dele nascem e são viabilizados todos os outros. É através da outorga que se tem a verdadeira gestão. Que se determina a disponibilidade hídrica de cada bacia ou sub-bacia. Enfim, sem um sistema que realmente funcione, não há que se falar em existência de gestão de recursos hídricos.

É fato que a realidade do uso desses recursos, que aguardam a análise de seus processos nos órgãos públicos estaduais, é a de que em sua esmagadora maioria já estão, na prática, em andamento. Não se pode acreditar que uma indústria, ou um produtor rural, está aguardando por quatro ou cinco anos, até mais em alguns casos, para fazer a utilização do recurso hídrico.

Por outro lado, isto estimula, e até obriga, que o usuário parta para a clandestinidade e para a ilegalidade. A ninguém é moralmente aceitável que se exija regularidade se, mesmo apresentando todos os estudos e recolhendo as taxas e emolumentos estatais, não tem uma resposta efetiva e rápida do órgão público.

O que se verifica hoje quanto a este assunto é um desrespeito afrontoso por parte da SEMAD ao artigo 37 da Constituição Federal, que diz:

Rua dos Carijós, 150 – 10º andar - Centro - Belo Horizonte - MG - 30120-060
(31) 3222-8350 cbhvelhas@cbhvelhas.org.br - www.cbhvelhas.org.br



Of.09/2017

Belo Horizonte, 15 de Fevereiro de 2017.

As Suas Excelências
Fernando Damata Pimentel
Governador do Estado de Minas Gerais

Ref.: Posicionamento sobre o Decreto 47.147

Senhor Governador,

O Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas (FMCBH), colegiado que representa os 36 Comitês de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais, ressalta a preocupação com a publicação do Decreto 47.147, de 27/01/2017, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2017 e dá outras providências. O Decreto prevê cortes em despesas da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) em setores estratégicos para a gestão de recursos hídricos, como o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO.

Órgão	Valor da Lei 22476/16 LOA 2017	Contingência/CORTE Decreto 47.147/17	%
SEMAD	139.136.883,00	6.259.969,00	4,50%
FEAM	31.319.935,00	16.432.680,00	52,47%
IEF	152.799.446,00	54.590.902,00	35,73%
IGAM	56.199.353,00	2.269.137,00	4,04%
FHIDRO	89.696.116,00	63.472.099,00	70,76%
TOTAL	469.151.733,00	143.024.787,00	30,49%

As ações previstas de serem executadas, em especial com recursos do FHIDRO, poderão comprometer a execução de 10 programas previstos, a saber: 1) Reabilitação de Áreas contaminadas; 2) Bolsa Verde, Ampliação e Conservação da Cobertura Vegetal Nativa; 3) Operação e Manutenção de radares Meteorológicos; 4) Implantação do Mosaico de Áreas Protegidas; 5) Apoio a Gestão de Recursos Hídricos; 6) Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas; 7) Monitoramento da

Rua dos Carijós, nº 150 – 10º andar / sala 03 – Bairro Centro – Belo Horizonte/MG – CEP 30120-060

Telefones: (031) 3222-8350 – cbhvelhas@cbhvelhas.org.br